

# ATA N.º 09/2024

REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA DE 27/03/2024

PRESENCAS	
PRESIDENTE:	LUÍS MIGUEL FIALHO DUARTE, PRESIDENTE DA CÂMARA
VEREADORES:	PAULA MARISE CARRACHA PANÓIAS BAMOND DAS NEVES MARIA GERTRUDES SALSINHA DAS NEVES GARCIA RITA MENDES MARQUES BOM DE SOUSA, em substituição do Vereador Miguel José Fonseca Benthino ANTÓNIO COSTA DA SILVA

HORA DE ABERTURA: 14:30 HORAS

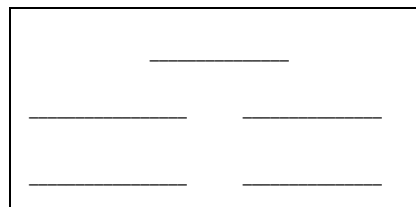
HORA DE ENCERRAMENTO: 17:45 HORAS

FALTAS JUSTIFICADAS:

FALTAS INJUSTIFICADAS:

## RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 21/03/2024

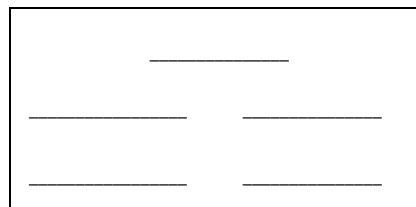
CAIXA .....	6.682,78€
FUNDOS DE MANEIO .....	6.052,00 €
FUNDO DE MANEIO 1 – MARIA LUISA MARQUES MIRA FERREIRA .....	1.000,00 €
FUNDO DE MANEIO 2 – MARIA MANUEL NARCISO GRILO ROBERTO .....	52,00 €
FUNDO DE MANEIO 4 – RUI PAULO CORREIA MARTINS .....	1.500,00 €
FUNDO DE MANEIO 5 - JOÃO SÉRGIO CANIVETE MORAIS .....	1.000,00€
FUNDO DE MANEIO 6 –FÁBIO JOSÉ BRNCO PEREIRA .....	1 000,00 €
FUNDO DE MANEIO 7 – HELENA ISABEL BARROS TORRÃO .....	1 000,00 €
FUNDO DE MANEIO 9 – DANIELA CONCEIÇÃO BANHA PALHAIS .....	500,00 €
C.G.D.- CONTA N.º 0035/00000345430 .....	946.309,39€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004293431 .....	1.134,00€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005537330 .....	4.871,52€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005050650 .....	309,70€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005684950.....	19.490,45€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005974050.....	62,14€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006168050 .....	5.430,67€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006435350 .....	93.551,22€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007030250 .....	600,00 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006542530 – FEDER .....	159.065,08 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007105850.....	34.749,79€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007121950.....	3.612,00€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007163830-CAUÇÕES.....	2.025,36€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00011923950.....	674,24€
B. S. T. – CONTA N.º 0018/10814784001.....	165.719,41€
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579668 .....	70.361,94€
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579743 .....	112.318,53€
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00102934558 .....	40.044,19 €
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00219692682 .....	50.864,41€
C.EM.G. – CONTA N.º 0036/99100014214 .....	77.758,26€
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS .....	1.241.761,32 €
TOTAL DE DISPONIBILIDADES.....	1.933.276,18€
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS .....	200.726,59€



O Senhor Presidente declarou aberta a reunião às catorze horas e trinta minutos, começando por cumprimentar as Senhoras Vereadoras, os Senhores Vereadores, os técnicos da Câmara que estavam a dar apoio à reunião e quem estava a acompanhar a reunião através das redes sociais.

É a seguinte a ordem de trabalhos da presente reunião -----

- 1) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da reunião; -----
- 2) Proposta de aprovação da Ata relativa à reunião ordinária de 16 de agosto de 2023;-----
- 3) Proposta de aprovação da Ata relativa à reunião ordinária de 28 de fevereiro de 2024; -----
- 4) Informação escrita sobre a Atividade da Câmara; -----
- 5) Proposta para atribuição de subsídios no âmbito Ação Social Escolar (Ensino Pré-escolar); ---
- 6) Proposta para atribuição de subsídios no âmbito Ação Social Escolar (Ensino Pré-escolar); ---
- 7) Proposta para atribuição de subsídios, no âmbito da Ação Social Escolar (1.º Ciclo do Ensino Básico);-----
- 8) Proposta de emissão de Licença especial de ruído para evento a realizar no dia 29 de março de 2024;-----
- 9) Proposta de emissão de Licença especial de ruído e isenção do pagamento de taxas ao Grupo Associativo Jovens de Aguiar - GAJA - Realização de um evento musical no dia 29 de março de 2024;-----
- 10) Proposta de ratificação do despacho do Sr. Presidente de 15 de março de 2024, que autorizou a emissão de Licença especial de ruído para a realização de obras, na Rua Dr. António José de Almeida, nº 10, no dia 16 de março de 2024;-----
- 11) Proposta de ratificação do despacho do Sr. Presidente, de 21 de março de 2024, que autorizou a emissão de Licença especial de ruído para a realização de obras na Rua Dr. António José de Almeida, Nº 10, no dia 23 de março de 2024; -----
- 12) Proposta de ratificação do despacho do Sr. Presidente de 20 de março de 2024 que concedeu Licença a Rui Ricardo Silva Ferreira itinerante para instalação e funcionamento do "Urien's Circus";-----
- 13) Proposta de emissão de Licença para a realização de uma garraizada, no dia 29 de março de 2024, em Aguiar;-----
- 14) Proposta de ratificação da 6ª. alteração permutativa ao orçamento da despesa e 4ª. alteração permutativa ao PAM;-----
- 15) Proposta de aprovação da 7ª. Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa e da 5ª. Alteração Permutativa ao PAM; -----
- 16) Proposta de transferência de verba ao abrigo do Regulamento de Apoio às Atividades Culturais - Grupo Coral de Aguiar;-----
- 17) Proposta de transferência de verba ao abrigo do Regulamento de Apoio às Atividades Culturais - Grupo Coral Feminino de Viana do Alentejo; -----
- 18) Proposta de transferência de verba para a Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo;
- 19) Proposta de transferência de verba para Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Viana do Alentejo;-----
- 20) Proposta de ratificação do despacho da Senhora Vice-Presidente de 4 de março de 2024 que determinou parecer prévio favorável para a contratação de serviços na modalidade de avença - Apoio DIMSU;-----
- 21) Proposta de transferência de verba para a Associação Nacional de Municípios Portugueses (Quota de 2024);-----
- 22) Proposta de transferência de verba para a CIMAC (Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central), durante o ano 2024, no valor mensal de 13.096,78 €;-----



23) Proposta de transferência de verba para a CIMAC, no âmbito da candidatura ALT 20-14-2019-47 (Proteção de Riscos de Incêndios);-----

24) Proposta de Adjudicação do Concurso Público, com publicação no JOUE, para seleção de um veículo pesado de passageiros (autocarro), com lotação de 50 lugares;-----

25) Proposta de aprovação do Procedimento Concursal, por Concurso Público, para a Empreitada de Construção do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Viana do Alentejo e documentação conexas;-----

26) Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos nº 13, referente à Empreitada de Reabilitação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, em Viana do Alentejo;-----

27) Proposta de aprovação do Auto de Revisão de Preços nº 13, referente à Empreitada de Reabilitação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, em Viana do Alentejo;-----

28) Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos nº 2, referente à Empreitada de construção da Área de Serviço para Autocaravanas, em Viana do Alentejo;-----

29) Proposta de aprovação da prorrogação de prazo da Empreitada para a Construção da Área de Serviço para Autocaravanismo – ASA - Viana do Alentejo;-----

30) Proposta de submissão de Candidatura de Reabilitação de 22 Fogos, em Aguiar, enquadrada na Estratégia Local de Habitação, cujo financiamento provem do PRR- Programa de Recuperação e Resiliência.-----

**Período de antes da ordem do dia** – Nos termos do artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia:-----

O Senhor Presidente deu as boas-vindas à Senhora Vereadora Rita Mendes Marques Bon de Sousa, que substituiu o Senhor Vereador Miguel José Fonseca Bentinho. Em seguida, informou que foram colocadas estruturas nos contentores do lixo, uma vez que, devido ao vento, estes se deslocaram para a via pública, causando alguns inconvenientes.-----

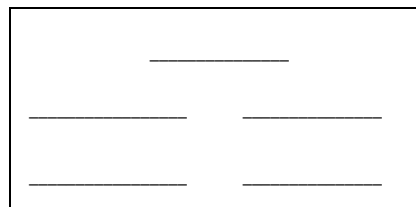
Acrescentou que os referidos suportes estavam a ser executados pelos trabalhadores do Município, dado que os suportes cromados tinham um custo mais elevado.-----

Informou ainda que as obras de Requalificação dos Tanques do Concelho já tinham sido iniciadas e que a obra da Área de Serviço de Autocaravanas decorria a bom ritmo, apesar de um pequeno impasse causado pelo estado do tempo. Quanto à obra da Escola, esta avançava a um ritmo bastante acelerado, sendo gratificante acompanhar o progresso.-----

O Senhor Presidente adiantou que já havia um carregador para carros elétricos em funcionamento e que os restantes quadros já estavam instalados, aguardando apenas a ligação por parte da E-Redes. Além disso, esperavam a autorização dessa entidade para realizar uma pequena vala em Alcáçovas, a fim de instalar um carregador que se encontrava mais deslocado. Prosseguindo, comunicou que seria submetida a candidatura da Estratégia Local de Habitação, no âmbito do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, 1.º Direito, para o Bairro Pré-Fabricado de Aguiar. Esclareceu que essa candidatura só poderia ser formalizada após a reunião de Câmara realizada no dia de hoje, prevendo-se que fosse submetida já no dia seguinte.-----

Continuando a sua intervenção, referiu que, no dia anterior, teve lugar uma reunião solicitada pelo executivo ao Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Alentejo Central, na qual foram expostas as preocupações e levantadas questões sobre a falta de médicos no Concelho.-----

Na referida reunião, foram informados das dificuldades enfrentadas nesse contexto, uma vez que não têm surgido candidatos para vagas médicas no Concelho de Viana do Alentejo.-----



Ainda assim, a Administração assegurou que envidaria todos os esforços para solucionar o problema, tendo inclusive considerado a possibilidade de contratar médicos, através de empresas, para o serviço de fim de semana, como forma de colmatar algumas necessidades. O Senhor Presidente referiu que havia Municípios que estavam a financiar os médicos, oferecendo, além do salário habitual, outras condições, incluindo, em alguns casos, um apoio financeiro municipal na ordem dos 1.000 euros. No entanto, destacou que, no caso do Município de Viana, tal encargo seria insustentável, além de representar uma interferência numa área que não era da competência municipal.-----

Apesar disso, afirmou que o executivo pressionaria, pois era sua obrigação. -----

De seguida, tomou a palavra a Senhora Vice-Presidente, que partilhou informações sobre o início da Feira da Saúde, a realizar-se de 4 a 7 de abril, na Quinta da Joana. -----

Esta iniciativa resulta de uma parceria com várias instituições, que, individualmente, irão desenvolver atividades no âmbito das suas áreas de atuação. -----

A Senhora Vice-Presidente convidou o Senhor Vereador e as Senhoras Vereadoras a visitarem a Feira e acrescentou que, desta iniciativa, resultaria a Revista da Saúde, cujo objetivo era dar a conhecer tudo o que se fazia na área da saúde no nosso Concelho. -----

Além disso, a revista também fornecerá informações sobre bem-estar e promoção de uma vida saudável.-----

O Senhor Presidente interveio e referiu-se à Revista da Saúde, afirmando que esta seria lançada durante o evento em questão.-----

De seguida, a Senhora Vice-Presidente apresentou o cartaz alusivo às comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, informando que será divulgado nas redes sociais após a reunião de Câmara. Acrescentou ainda que o programa do evento estava praticamente concluído, faltando apenas alguns ajustes.-----

Seguidamente, a Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia tomou a palavra, manifestando preocupação com a ausência do programa das comemorações do 25 de Abril, sublinhando a proximidade da data e a importância do evento. -----

Na sua opinião, dada a relevância da data, deveriam ser realizadas várias atividades ao longo do mês.-----

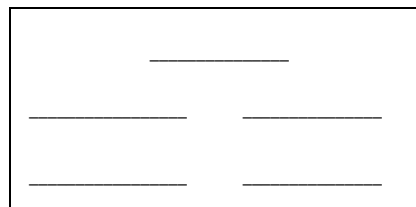
Situação idêntica ocorria com a Romaria a Cavallo, que também ainda não tinha um programa definido para a realização do evento, pois, ainda não tinham tido conhecimento dele.-----

A Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia alertou para a existência de um outdoor na estrada de Portel que publicita a Mostra de Doçaria de Alcáçovas e afirmou que, no seu lugar, deveria estar outro a promover a Romaria a Cavallo.-----

Prosseguindo, referiu-se aos Contratos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, assinados na passada sexta-feira com as Comunidades Intermunicipais do Alentejo, no valor de 440 milhões de euros, dos quais 93 milhões foram atribuídos à CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central.-----

Neste sentido, e tendo em conta que o nosso Concelho pode candidatar-se a alguns projetos, mencionou que as vereadoras do Partido Socialista gostariam de ter conhecimento desses projetos e até de participar na sua seleção. -----

A Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia fez referência à reunião do executivo com o Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde e afirmou que, na realidade, “o nosso Concelho estava como nunca esteve” no que diz respeito à falta de resposta nos cuidados médicos. -----



Salientou que sabia que não competia à Câmara resolver esta matéria, mas lembrou que se tratava de uma promessa eleitoral do executivo em permanência.-----

Destacou ainda que conhecia bem a área da saúde e que sempre existira esta carência, mas que, no passado, se contratavam empresas, tal como tinha sido sugerido, resolvendo-se assim a situação. -----

Atualmente, considerou que a situação estava bem pior, uma vez que houve dois fins de semana e, pelo menos, duas semanas sem qualquer resposta para a população.-----

A Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia questionou ainda sobre a Sociedade de Advogados, uma vez que lhes tinha sido informado que não existia contrato nem caderno de encargos. No entanto, manifestou interesse em saber o valor total da adjudicação.

Por fim, lembrou que ainda não tinham recebido os mapas da AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central, conforme solicitado, nem os dados do processo do visto prévio do Tribunal de Contas relativo ao empréstimo de médio e longo prazo, além de outros documentos que têm vindo a requerer. -----

O Senhor Presidente respondeu à Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia e esclareceu que, em relação ao outdoor, não era da responsabilidade da Câmara, uma vez que pertencia a uma empresa privada e já existia quando assumiu funções.-----

Aproveitando o facto de o outdoor já estar naquele local, foi alugado temporariamente para fins publicitários, como no caso da Romaria, estando-se agora a aguardar a chegada do novo outdoor para proceder à sua colocação. -----

Quanto aos programas das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril e da Romaria a Cavalo, afirmou que “os programas com um mês não estavam fora de prazo”. Disse ainda que estavam no tempo certo para serem divulgados, mas que não estavam atrasados.-----

Quanto ao 25 de Abril, reconheceu que os programas deveriam ser divulgados mais cedo, uma vez que algumas atividades começavam antes da data e outras decorreriam ao longo do ano – afirmou.-----

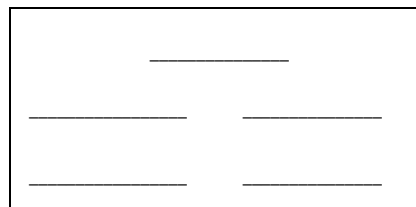
A Senhora Vice-Presidente tomou a palavra, manifestando a sua concordância com a Senhora Vereadora e esclarecendo que, no caso das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, o atraso se devia ao facto de estarem envolvidas várias instituições, das quais aguardava respostas que, por vezes, tardavam a chegar. -----

Voltou a intervir o Senhor Presidente e, prosseguindo, referiu que não tinha certeza do valor dos Contratos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial assinados na semana anterior, mas que os projetos do executivo já tinham sido apresentados. No entanto, poderia fazer chegar essa informação, pelo que solicitou à técnica que secretaria as reuniões que registasse o assunto. --

O Senhor Presidente destacou que a assinatura desses contratos representou um passo muito importante para o Alentejo, uma vez que nunca antes a região havia recebido uma verba tão significativa. No entanto, reconheceu que os valores ainda não eram suficientes para atender a todas as expectativas. -----

Lembrou também que o primeiro “pacote de iniciativas de obras” que pretendiam ver financiado rondava os 26 milhões de euros e, embora o montante final possa ser menor, considerou que obter 3 milhões já seria um avanço.-----

Continuando a sua intervenção, o Senhor Presidente afirmou que era necessário corrigir a declaração da Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia sobre a promessa eleitoral da CDU para resolver o problema da saúde. Esclareceu que o que tinha sido prometido era exatamente o que estava a ser feito, ou seja, “fazer pressão”. -----



A Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia interveio, salientando que essa ação não tinha produzido resultados. -----

O Senhor Presidente contrapôs, afirmando que a pressão exercida iria resultar na criação de dois polos de saúde e na conclusão das obras do Centro de Saúde de Viana do Alentejo, um tema que nunca antes tinha sido abordado. Quanto à questão dos médicos, reforçou que sempre foi dito que se faria pressão para solucionar o problema. Destacou ainda que a reunião realizada confirma essa intenção, assim como a visita do Ministro da Saúde, que já esteve no Concelho.

Por fim, sublinhou a dificuldade na colocação de médicos, explicando que o principal entrave é a falta de interesse dos profissionais em concorrer para o Concelho. -----

Salientou que, mesmo sem essa responsabilidade, já tinham feito contactos e encontrado alternativas. Não podiam fazer mais, mas a sua promessa estava a ser cumprida, e ninguém mais do que ele desejava que houvesse médicos suficientes no Centro de Saúde e que o problema fosse resolvido. -----

Da reunião com o Conselho de Administração, na qual todos esses assuntos foram discutidos, não surgiu qualquer avanço, pois o que apresentaram foi “uma mão cheia de nada”. -----

Relativamente ao contrato com os advogados, disse que não sabia mais o que dizer sobre o assunto, mas que o valor rondava os 3 mil ou 4 mil euros. -----

Para melhor esclarecimento desta questão, o Senhor Presidente solicitou a presença do chefe de gabinete, Dr. Eduardo Luciano, que explicou que não havia contrato escrito, uma vez que, para valores inferiores a 10 mil euros, tal não é necessário. Acrescentou ainda que o valor contratado tinha sido de 3 mil euros + IVA. -----

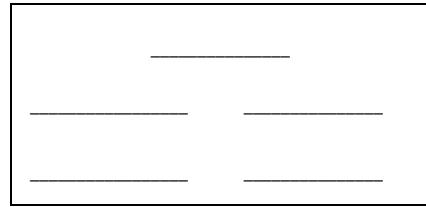
O que foi feito, na realidade, foi a emissão de uma procuração forense por parte do Senhor Presidente, permitindo que fosse representado pela Sociedade de Advogados. -----

Retomando a sua intervenção, o Senhor Presidente mencionou que as Senhoras Vereadoras do Partido Socialista têm enviado e-mails reforçando os pedidos de documentação solicitados nas reuniões de Câmara. O que faz habitualmente é reencaminhar esses pedidos para os serviços competentes, para que possam responder às solicitações. -----

Contudo, os serviços em questão referem estar sobrecarregados. Como exemplo, mencionou um pedido das Senhoras Vereadoras do Partido Socialista, que solicitaram os nomes dos trabalhadores e as funções que desempenham. Trata-se de um trabalho bastante exaustivo, para o qual os técnicos não têm grande disponibilidade, além de que não existe uma lista específica com essa informação. O que está disponível é um Mapa de Pessoal, no qual constam a categoria do trabalhador e a sua identificação, mas não as suas tarefas. -----

O Senhor Presidente sublinhou que já tinha enviado essa informação aos serviços e que o Chefe da Divisão de Gestão de Recursos estava a par do assunto. -----

Seguiu-se a intervenção do Senhor Vereador António Costa da Silva, que começou por felicitar o Partido Socialista por ter colocado o tema da saúde no Concelho de Viana do Alentejo, destacando a responsabilidade política de abordar esta situação crítica vivida no Concelho, marcada pela falta de médicos e pela crescente redução dos serviços de saúde. O Senhor Vereador agradeceu pela honestidade, reconhecendo que esse posicionamento era simbólico e importante, pois ficava bem quando se fazia política com clareza, assumindo os nossos erros. Ficou também na expectativa de que o Município, bem como o órgão Câmara, que apresenta moções, resoluções e iniciativas, pressiona o governo e os órgãos competentes, nomeadamente a Câmara e a Assembleia Municipal, de forma a que a questão chegue à Assembleia da República e à Comunicação Social, demonstrando, assim, a situação crítica que o Concelho enfrenta, que



continue a manifestar uma reivindicação forte. Este é um Concelho envelhecido, pelo que a saúde é uma questão prioritária. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva, a propósito dos elementos enviados e não enviados, referiu que, na última reunião de Câmara, tinham sido solicitados dois elementos. Um deles foi enviado ao chefe de gabinete do Senhor Presidente, que respondeu sobre a questão da Sociedade de Advogados. O outro foi remetido ao Senhor Presidente, relativo ao assunto da Dra. Maria d'Aires Vilela, mas ainda não tinha obtido resposta, provavelmente por esquecimento.-- O Senhor Presidente respondeu que não se tratava de esquecimento, mas sim de falta de tempo, uma vez que tinha estado ausente e, por isso, não tivera oportunidade de responder. -----

Relativamente a este assunto, esclareceu que, inicialmente, apresentou uma cronologia dos acontecimentos e que, posteriormente, recebeu outra informação. Estava a proceder à compilação dos dados para que o processo ficasse completo antes de o enviar. -----

O Senhor Vereador salientou que a questão da assessoria jurídica tinha sido abordada em reunião de Câmara e que, na sua perspetiva, os montantes não estavam em causa, uma vez que o valor envolvido não obrigava à contratação. No entanto, a principal dúvida e questão residia na legalidade do processo. A legalidade da situação passava por determinar se se tratava de uma tarefa ou de uma prestação de serviços, sendo sua convicção, desde o início, que se tratava de uma tarefa. -----

Neste contexto, explicou, para aqueles que pudessem ter dúvidas, que uma tarefa correspondia a algo "cirúrgico", específico. Foi esse o caso da contratação em questão, que teve como objetivo específico o processo da Dra. Maria d'Aires. Destacou que a Câmara já dispunha de um contrato de prestação de serviços com uma sociedade de advogados para um acompanhamento genérico e geral. Essa distinção era essencial para diferenciar um contrato de tarefa de um contrato de prestação de serviços, assim como para definir as responsabilidades de quem assinava e de quem tomava a decisão. -----

Prosseguindo, afirmou que, há quinze dias, tinha sido lida a resposta da Sociedade de Advogados, a qual, aparentemente, dava razão ao Senhor Presidente e ao seu chefe de gabinete. No entanto, a questão central era saber qual tinha sido, de facto, a pergunta feita. -----

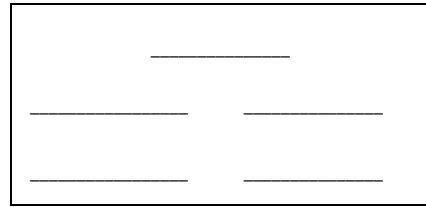
O Senhor Vereador sublinhou que, no caso concreto, a questão que deveria ter sido colocada à sociedade de advogados era se aquela situação configurava uma tarefa ou uma prestação de serviços. -----

Perante a resposta obtida e a pergunta que foi feita, referiu que consultaram a legislação, verificando que grande parte dela se encontra revogada. Essa informação levantava algumas dúvidas concretas e reforçava a sua convicção, desde o início, de que se tratava de uma tarefa. Nesse caso, considerou que o modelo de contratação adotado foi incorreto. -----

Continuando a sua intervenção, alertou para as regras específicas das modalidades de tarefa e avença, destacando que não podem ser ignoradas, o que, no seu entender, aconteceu neste caso. -----

Diante desta situação, o Senhor Vereador reforçou o pedido de esclarecimentos sobre a questão em concreto, questionando se se tratava de uma tarefa ou de uma prestação de serviços e quem deveria tomar a decisão relativamente ao procedimento adotado. -----

Acrescentou que era muito fácil contratar uma empresa de consultoria, advocacia ou arquitetura sob o regime de prestação de serviços. No entanto, quando se tratava de uma situação muito objetiva, como um recrutamento específico para uma tarefa, a lei estabelecia que "se trata da execução de um trabalho não subordinado, autonomamente executado pelo trabalhador, sem estar sujeito a um horário de trabalho, nem à direção nem disciplina da



entidade que o contrata, para a qual se revela um inconveniente uma relação jurídica de emprego público...”. -----

O contrato em regime de avença “visa a realização de prestações sucessivas no exercício de uma profissão liberal, como advocacia, arquitetura ou engenharia, mediante uma retribuição mensal fixa, mesmo que o contrato se renove automaticamente, no caso das prestações de serviços...”. Depois de citar a lei, o Senhor Vereador António Costa da Silva afirmou que, com a informação que lhe tinha chegado, a sua convicção sobre o assunto era agora plena. -----

Para que este assunto ficasse esclarecido e encerrado, esperava que a pergunta fosse colocada de forma adequada à empresa com quem a Câmara tem uma prestação de serviços regular, nomeadamente a sociedade de advogados. Ressalvou que a outra contratação tinha um carácter “cirúrgico”, estando limitada exclusivamente àquele processo em concreto. -----

O Senhor Presidente voltou a solicitar a presença do chefe de seu gabinete, Dr. Eduardo Luciano, uma vez que a situação referente a esse contrato não estava clara. -----

Ao fazer uso da palavra, o chefe de gabinete afirmou que não estava presente na qualidade de Vereador, pois, se assim fosse, sua resposta necessariamente teria um carácter político. Também destacou que não estava ali na qualidade de jurista, uma vez que não tinha sido nomeado para tal função. -----

Dirigindo-se ao Senhor Vereador, explicou que, ao enviar-lhe o e-mail, não omitiu a questão levantada, pois essa tinha sido exatamente a questão que surgiu na reunião da Câmara. Acrescentou que a pergunta formulada não se referia especificamente ao facto de tratar-se de uma tarefa ou uma avença. -----

O Chefe de Gabinete do Senhor Presidente disse que tinha a resposta dada pelo gabinete de advogados, mas que, se o Senhor Presidente quisesse que ele perguntasse especificamente, voltaria a questionar. Acrescentou que iria insistir na última parte que havia mencionado relativamente àquele matéria, a qual correspondia ao último parágrafo do parecer. Esse parágrafo afirmava que, perante um processo judicial em que estava em causa um ato do Presidente da Câmara, caberia ao órgão colegial escolher quem iria defender esse ato. -----

Reforçou que a única coisa que precisava saber era se deveria formular a pergunta, contextualizando o assunto, pois era assim que sempre fazia. Poderia até repetir a pergunta que já tinha feito e acrescentar uma linha questionando se se tratava de um contrato de avença ou de um contrato de tarefa e, independentemente da resposta, se teria de ser submetido a reunião de Câmara. -----

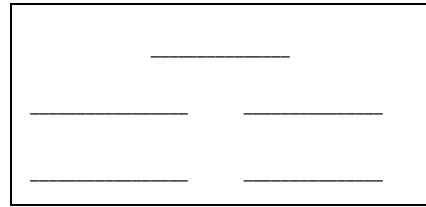
Ainda no uso da palavra, o Chefe de Gabinete do Senhor Presidente destacou que tudo estava absolutamente transparente e fez questão de esclarecer que a responsabilidade pela opção de contratação recaía sobre o Senhor Presidente, uma vez que este assinou o documento. -----

Salientou ainda que o processo havia sido preparado por ele próprio, assumindo, assim, a sua responsabilidade. -----

Interveio o Senhor Presidente, salientando que era essencial manter as coisas claras e que a pergunta sugerida pelo Senhor Vereador seria reformulada quantas vezes fosse necessário até se chegar a uma conclusão. Afirmou que a Dra. Isabel Moraes Cardoso sabia exatamente o que estava a acontecer, pelo que seria fácil para ela responder à questão, sem necessidade de grandes argumentações. -----

O Senhor Presidente acrescentou que não iria interferir no assunto, deixando a questão a cargo do Chefe de Gabinete, que, com toda a sua experiência, saberia como conduzir o processo. ---- Por fim, destacou que se aguardaria a resposta do gabinete de advogados. -----





Voltou a intervir o Senhor Vereador António Costa da Silva, afirmando que o assunto permaneceria naquele ponto, com a clareza expressa e reforçada pelo Chefe de Gabinete, o que pressupunha transparência e disponibilidade para clarificar a situação, deixando-o satisfeito. -- Reiterou que, na sua perspetiva, a pergunta deveria ter sido feita nos moldes que havia sugerido. No entanto, considerando a vontade manifestada de continuar a esclarecer a questão, sentia-se tranquilo com o que havia sido apresentado. -----

O Senhor Vereador, prosseguindo, fez referência a uma intervenção municipal feita por administração direta. Tratava-se uma intervenção na via pública, em Alcáçovas, junto ao supermercado Meu Super. -----

Neste âmbito, disse que não punha em causa a intenção nem a bondade ou maldade, mas que era preciso cumprir regras e não sendo uma obra de grandes dimensões, comparando com a que foi realizada na Praça da República, em Viana do Alentejo, (processo que continuava por resolver), trazia alterações na via pública. Este assunto tinha de ser submetido ao órgão Câmara O Senhor Vereador, prosseguindo, fez referência a uma intervenção municipal realizada por administração direta. Tratava-se de uma intervenção na via pública, em Alcáçovas, junto ao supermercado Meu Super. -----

Nesse contexto, afirmou que não questionava a intenção nem atribuía juízos de valor, mas destacou a necessidade de cumprir as regras. Embora não se tratasse de uma obra de grande dimensão, especialmente quando comparada com a intervenção na Praça da República, em Viana do Alentejo – cujo processo permanecia por resolver –, a obra implicava alterações na via pública. Por essa razão, considerava que o assunto deveria ser submetido à apreciação do órgão Câmara. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva afirmou que havia um incumprimento por parte do executivo em permanência no que dizia respeito à decisão sobre aquela intervenção. Além disso, destacou que os materiais retirados do armazém devem estar afetos a uma atividade específica, pelo que seria necessário que existissem registos contabilísticos correspondentes. -----

Nesse contexto, questionou se era possível demonstrar que a referida obra, realizada na data em questão, estava devidamente documentada nos serviços, tanto ao nível dos registos contabilísticos como dos materiais utilizados. -----

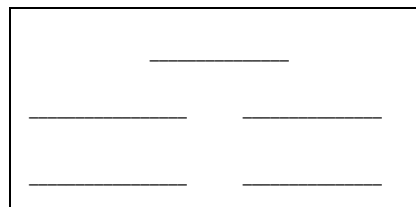
Assim, a sua questão prendia-se tanto com a legalidade da intervenção na via pública como com os procedimentos administrativos adotados. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva mencionou ainda um e-mail recebido por parte da Quinta do Duque, relativo à limpeza e manutenção das estradas. No e-mail, solicitava-se à Câmara a reparação de uma estrada municipal onde são realizadas caminhadas. -----

Por último, o Senhor Vereador abordou a questão da programação das comemorações do 25 de Abril, salientando que faltava menos de um mês para esta data emblemática e ainda não havia uma definição do programa. -----

Relembrou que, no ano passado, havia sugerido a realização de atividades ao longo do ano, uma vez que várias entidades do Concelho estavam dispostas a participar na organização. No entanto, já se tinham passado os três primeiros meses do ano, nos quais ocorreram marcos históricos, como o 11 de Março, e outros momentos relevantes que poderiam ter sido assinalados simbolicamente no contexto do 25 de Abril. Além disso, destacou que outros períodos posteriores, como o 1º de Maio, também mereciam ser incluídos na programação, dada a sua importância para a história democrática do país. -----

Salientou ainda que, sendo este o ano das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, era um momento particularmente especial, marcado por diversos acontecimentos relevantes na



sociedade. Por essa razão, na sua perspetiva, esta questão merecia um tratamento mais adequado e aprofundado, valorizando, assim a democracia e os valores de Abril ----- Seguiu-se a intervenção da Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia, que referiu ter intenção de abordar o tema das obras, mas que, por esquecimento, não o havia feito anteriormente. Salientou que, na realidade, a referida obra não tinha sido submetida a deliberação da Câmara, conforme determina a lei. Acrescentou que, à semelhança desta intervenção, também a obra realizada no Jardim de São João, em Viana do Alentejo, não tinha sido aprovada em reunião de Câmara. -----

Perante estas circunstâncias, a Senhora Vereadora questionou de que forma estas obras eram enquadradas nas respetivas rubricas orçamentais e quais os procedimentos administrativos seguidos. -----

O Senhor Presidente usou da palavra e, respondendo ao Senhor Vereador António Costa da Silva, afirmou que "aquilo a que ele chamava obra, ele chamava reparação". Esclareceu que o Jardim de São João, embora não sendo uma via pública, era um espaço público onde, segundo ele, não foi realizada uma obra, mas sim uma reparação. Explicou que, nesse local, foram retiradas algumas pedras e colocado pó de pedra para evitar quedas, sem qualquer alteração estrutural. Assim, na sua opinião, não se tratava de uma obra que necessitasse de ser submetida a reunião de Câmara. No entanto, sublinhou que era a Lei que determinava essa necessidade, e não ele. -----

Relativamente à intervenção na via pública em Alcáçovas, referiu que foi realizada uma regularização da calçada, permitindo melhor acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida. -----

O Senhor Presidente destacou ainda que, para além deste caso, havia outras situações que também necessitavam desse tipo de intervenção, uma vez que algumas ruas apresentavam irregularidades nas calçadas, causando dificuldades na circulação e até danos nos veículos. ---- Reforçou a sua opinião, afirmando que aquela intervenção "não era uma obra" e que, de facto, os materiais estavam anexos aos trabalhos, mas isso não era suficiente para que a intervenção fosse considerada uma obra. Explicou que, para tal, seria necessária uma alteração estrutural, como, por exemplo, a execução de um passeio com interrupção do trânsito, o que não se verificava neste caso. -----

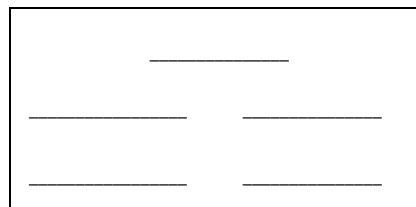
Perante esta questão, afirmou que, caso estivesse errado, não teria qualquer objeção em corrigir a sua posição, assim como não se oporia a submeter a intervenção à reunião de Câmara para aprovação, caso tal fosse determinado por lei. No entanto, considerava desnecessário encaminhar todas as situações para reunião de Câmara sem uma real necessidade. -----

Salientou que esta matéria poderia ser aprofundada, mas, em sua opinião, tratava-se de uma reparação, assim como a intervenção realizada no Jardim de São João. Justificou que há anos nada era feito naquele espaço, que se encontrava em péssimas condições, representando um risco de queda, especialmente para crianças. Após a reparação, o local passou a contar com uma esplanada. -----

Prosseguindo, referiu que havia informado a Junta de Freguesia sobre a intervenção realizada naquele local, uma vez que a manutenção do espaço era da responsabilidade desse órgão autárquico. -----

Por fim, destacou que o executivo da Junta de Freguesia de Viana expressou a sua satisfação e agradeceu a intervenção realizada pelo Município. -----

Acrescentou que havia várias propostas para aquele espaço, nomeadamente a colocação de uma vedação, porém, até ao momento, nada disso tinha sido concretizado. Esclareceu que, caso



fosse necessário construir um muro ou realizar outra intervenção de maior impacto, então sim, tratar-se-ia de uma alteração estrutural.-----

Em relação à reparação na via pública de Alcáçovas, referiu que esse tipo de intervenções iria continuar a ser realizado, uma vez que havia muitos pavimentos a necessitar de arranjo.

Voltou a intervir o Senhor Vereador António Costa da Silva, afirmando que nunca questionou se a intenção por trás da decisão tinha sido boa ou má. Para ele, a questão central era o cumprimento ou não das regras, e, na sua opinião, isso não tinha acontecido. Além disso, reforçou: "aquilo não era uma reparação" — afirmou. Como exemplo, referiu a colocação de um novo sinal de trânsito, destacando que esse tipo de intervenção precisava de ser submetido à aprovação da Câmara.-----

No caso em questão, argumentou que houve uma alteração na estrutura da rua, tanto no tipo de pedra como nos materiais utilizados. Ainda que não se tratasse de uma intervenção de grande dimensão, não deixava de ser uma obra. Explicou que uma reparação consistiria apenas na substituição de um equipamento deteriorado por um novo, sem modificações estruturais.-- Prossequindo com a sua intervenção, exemplificou com a substituição de uma calçada histórica por uma calçada moderna num determinado local e questionou se era legítimo que o órgão executivo não submetesse esse assunto ao órgão competente para decisão. -----

A situação era estranha e exigia um esclarecimento adequado, pois, na sua perspetiva, havia uma interpretação equivocada do que estava a ocorrer. O Senhor Presidente respondeu que o Senhor Vereador poderia ter uma opinião diferente da sua e destacou que o exemplo da sinalização foi muito pertinente para esclarecer a questão da substituição. Se ocorrer a substituição de um sinal antigo e danificado por um novo, "o visual" mudaria, e foi exatamente isso que aconteceu na rua que foi intervencionada. -----

Senhor Vereador António Costa da Silva retomou a palavra e questionou quem teria prioridade naquele local após a colocação do pavimento que facilita o acesso a pessoas com mobilidade reduzida: os carros ou os peões?-----

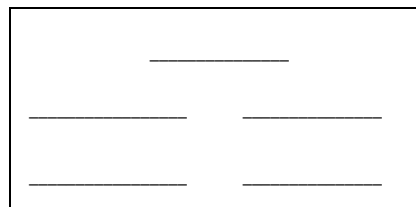
O Senhor Presidente respondeu que não houve qualquer alteração nas regras de prioridade. Caso tivesse havido, a questão teria sido submetida à reunião de Câmara, pois exigiria a colocação de um sinal. -----

O que foi feito, na realidade, foi a regularização do piso, que antes terminava em bico. O alcatrão avançava um pouco mais à frente, criando uma interrupção entre esse pavimento e a estrada asfaltada. Essa irregularidade dificultava a passagem, especialmente para pessoas com mobilidade reduzida. Diante dessa situação, a intervenção foi solicitada, principalmente por uma munícipe que enfrentava grandes dificuldades para atravessar aquele local. -----

A prioridade era dos automóveis, pois, tratava-se de uma rua. Contudo, caso haja necessidade de colocar uma passadeira, a questão será então submetida a reunião de Câmara. -----

Interveio a Senhora Vereadora Rita Bon de Sousa, que, de acordo com os documentos relativos ao referido processo, afirmou tratar-se de uma regularização do piso. -----

O Senhor Presidente retomou a sua intervenção e referiu que havia assuntos que habitualmente eram submetidos a reunião de Câmara sem necessidade. Esse procedimento também responsabilizaria o Senhor Vereador e as Senhoras Vereadoras, e ele próprio poderia ser penalizado por tal prática caso houvesse uma inspeção à Câmara. Acrescentou que não podia levar à Câmara todos os assuntos que desejava, apenas aquela cuja submissão fosse obrigatória. Voltou a intervir a Senhora Vereadora Rita Bon de Sousa, esclarecendo que, relativamente àqueles materiais e àquela mão de obra, era ela quem fazia a respetiva classificação. -----



Explicou que os trabalhadores preenchem, semanalmente, uma folha de serviço na qual registam todas as atividades realizadas na freguesia onde estão a trabalhar e a natureza das tarefas executadas. -----

Se, por exemplo, indicarem que estão em Alcáçovas a fazer arruamentos numa determinada rua, os custos dessas atividades serão imputados, de acordo com as suas folhas de serviço, na aplicação correspondente aos arruamentos de Alcáçovas. Os colegas da contabilidade têm, posteriormente, acesso à informação sobre a mão de obra e os materiais utilizados. -----

A Senhora Vereadora acrescentou que os próprios trabalhadores contribuem para a perceção dos recursos consumidos. -----

Em seguida, usou da palavra a Senhora Vice-Presidente, que esclareceu que a munição que se queixou do acesso ao supermercado tinha falado com ela. -----

Relativamente a essa questão, a Senhora Vice-Presidente referiu que, em sua opinião, tratava-se também de uma reparação e não de uma obra. Nesse contexto, perguntou, caso aquele assunto tivesse de ser submetido a reunião de Câmara, qual seria a opinião do Senhor Vereador e das Senhoras Vereadoras -----

A Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia respondeu que, naturalmente, seria a favor e que isso não estava em causa, pois, se se tratasse de uma obra, o assunto teria de ser aprovado em reunião de Câmara. -----

Relativamente ao assunto da Quinta do Duque, o Senhor Presidente disse que tinha visto esse e-mail e referiu que a questão já havia sido abordada numa sessão da Assembleia Municipal.

Salientou que as azinhagas têm sido arranjadas, mas que não é possível que todas sejam arranjadas ao mesmo tempo. Afirmou ainda que, nesta altura do ano, os outros Concelhos e as Juntas de Freguesia, independentemente da sua cor política e com a mesma vontade de fazer o melhor pelas suas terras, não conseguem evitar o crescimento de ervas nas ruas e o aparecimento de buracos nas azinhagas. -----

É impossível controlar! — disse. -----

Para esclarecer este assunto, tomou a palavra o Adjunto do Senhor Presidente, Joaquim Bento, que afirmou que, relativamente à intervenção na Quinta do Duque, seria seguido o mesmo procedimento adotado em anos anteriores, ou seja, proceder-se-ia à reparação dos buracos na estrada até à Quinta, como já era prática habitual. -----

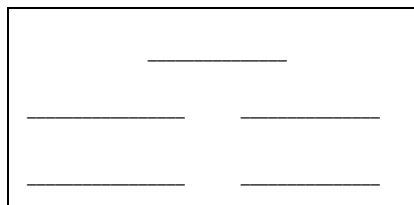
Acrescentou que, quando assumiu funções na Câmara, foi estabelecido contacto com o responsável pela Quinta e optou-se por manter a mesma abordagem: limpar as bermas da estrada e cortar as ervas. -----

Nesse contexto, declarou não compreender o motivo pelo qual aquele e-mail havia sido enviado, pois nunca tinha acontecido. -----

Acrescentou que, ontem, estava previsto o início dos trabalhos, mas, devido a uma rutura na azinhaga do Chaparreiro, que exigiu a instalação de 30 metros de canalização, não foi possível realizar aquela intervenção. -----

O Adjunto do Senhor Presidente mencionou ainda que estava prevista a realização de uma caminhada com destino ao Monte do Sobral, o que incluiria a limpeza desses caminhos, abrangendo também a antiga ponte do Xarrama. Assegurou que, em breve, os caminhos em causa começariam a ser limpos, tal como já tinha sido feito na zona da Senhora D'Aires, esperando que até à realização do evento Romaria a Cavallo, todas as entradas de Viana e Alcáçovas se encontrassem dignas de receber quem nos visita nesta altura. -----

O Senhor Presidente interveio e disse que, provavelmente, aquele e-mail da Quinta do Duque tinha como objetivo a boa intenção do responsável ao alertar para a necessidade de limpeza dos



caminhos, dado que estava programada uma caminhada nesse percurso, para a qual havia sido solicitada autorização. -----

Seguiu-se a intervenção do Senhor Vereador António Costa da Silva, que chamou a atenção para o facto de o referido e-mail destacar que “na perspetiva do responsável, havia falta de sensibilidade por parte da Câmara Municipal para compreender que a manutenção das bermas da estrada municipal...”. Diante desse conteúdo, considerou que não se tratava apenas de um alerta para a limpeza, uma vez que essa questão era mencionada conforme o procedimento habitual, mas sim de um apontamento que procurava evidenciar a falta de sensibilidade para esse trabalho.-----

O Senhor Vereador manifestou satisfação com a solução quase imediata para o problema, que já estava prevista, o que considerou um bom sinal. -----

Passou-se de seguida à Ordem de Trabalhos: -----

**Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da reunião** – A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a ata em minuta no final da reunião. -----

**Ponto dois) Proposta de aprovação da Ata relativa à reunião ordinária de 16 de agosto de 2023)** Depois de efetuadas as correções ao documento, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a ata da reunião ordinária de 16 de agosto de 2023.-----

O Senhor Presidente, o Senhor Vereador António Costa da Silva e a Senhora Vereadora Rita Bom de Sousa não votaram, por não terem estado presentes na reunião a que a ata se refere. -----

**Ponto três) Proposta de aprovação da Ata relativa à reunião ordinária de 28 de fevereiro de 2024-** Com as devidas correções, a ata foi submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade.-----

Não votou a Senhora Vereadora Rita Bon de Sousa, pelo facto de nao ter participado na reunião.

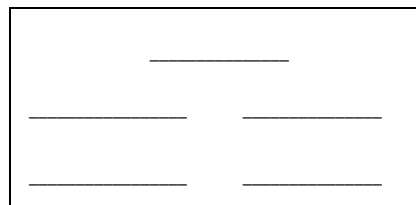
**Ponto quatro) Informação escrita sobre a Atividade da Câmara-**A Câmara tomou conhecimento da atividade sobre a Atividade da Câmara no período compreendido entre 8 e 21 de março de 2024:-----

**Dia 08 de março,** no âmbito das Comemorações do Dia Internacional da Mulher, o Município de Viana do Alentejo, em parceria com as Juntas de Freguesia, distribuiu durante a manhã, uma pequena lembrança às mulheres do Concelho e também em várias instituições.-----

Dia 09 de março, a vice-presidente da Câmara, Paula Neves, a secretária do gabinete de apoio à vereação, Vanda Tiago e o adjunto do presidente da Câmara, Joaquim Maria Bento, estiveram presentes no espetáculo “Não estavas capaz ... não vinhas”, de Ana Arrebinha, realizado no Cineteatro Vianense, no âmbito das Comemorações do Dia Internacional da Mulher. -----

**Dia 11 de março,** o Município de Viana do Alentejo, como parceiro do projeto GIRAS - Grupo de Intervenção Regional no Álcool e Saúde, esteve representado pela secretária do gabinete de apoio à vereação, Vanda Tiago, e a técnica da Câmara, Tânia Milhano, na reunião realizada no edifício da Junta de Freguesia do Bacêlo e Sra. Saúde, em Évora, onde foram revelados os atuais indicadores que caracterizam os comportamentos de risco e dependência na nossa região. -----

Na reunião que serviu, também, para obter os contributos para uma inversão dos resultados, estiveram em cima da mesa informações gerais, a apresentação do diagnóstico regional em Comportamentos Aditivos e Dependências (C.A.D.), a apresentação da execução do compromisso do CRIAC – Centro de Respostas Integradas do Alentejo Central para o ano de 2023, a apresentação dos Compromissos/Contributos dos parceiros, o futuro enquadramento



institucional das respostas em CAD (Centro de Aconselhamento e Detecção Precoce da Infecção VIH/SIDA) na região e uma reflexão final.-----

**Dia 12 de março**, a convite do presidente do Conselho Diretivo da AMCAL, João Português, o presidente da Câmara, Luis Miguel Duarte, esteve presente na cerimónia de inauguração da Central de Valorização Orgânica de Vila Ruiva, nas instalações do Aterro Sanitário Intermunicipal de Vila Ruiva/Cuba. -----

**De tarde**, o presidente da Câmara, Luis Miguel Duarte, esteve presente na reunião do Conselho Diretivo da AMCAL, realizada nas instalações do Aterro Sanitário Intermunicipal de Vila Ruiva/Cuba. -----

**Dia 12 de março**, a vice-presidente da Câmara, Paula Neves, e a secretária do gabinete de apoio à vereação, Vanda Tiago, estiveram presentes na Palestra "Mulher: a minha saúde, o meu direito", aberta à comunidade, realizada no Cineteatro Vianense.-----

**Dia 14 de março**, a vice-presidente da Câmara, Paula Neves, procedeu ao habitual atendimento aos munícipes, na delegação da Câmara, em Alcáçovas. O presidente da Câmara, Luis Miguel Duarte, procedeu ao habitual atendimento aos munícipes no edifício dos Paços do Concelho.--

**Dia 15 de março**, a vice-presidente da Câmara, Paula Neves, e a secretária do gabinete de apoio à Vereação, Vanda Tiago, estiveram presentes na reunião ordinária de Assembleia Geral da APTCVC - Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica, realizada na Galeria do Torreão Sul, do Palácio Nacional de Mafra. Na ordem de trabalhos esteve a eleição dos órgãos sociais da associação para o mandato 2024-2025 e a apresentação do projeto SOS Azulejo aos municípios membros.-----

**No mesmo dia**, o presidente da Câmara, Luis Miguel Duarte, esteve presente no âmbito das atividades alusivas ao mês da Proteção Civil, no simulacro "CineTeatro24", um exercício à escala real que decorreu no Cineteatro Vianense, tendo como cenário um incêndio com multivítimas. Este exercício pretendeu testar a operacionalidade das equipas de intervenção e instruir os utentes e trabalhadores deste equipamento sobre medidas de autoproteção a adotar em situação de emergência, assim como a evacuação do edifício.-----

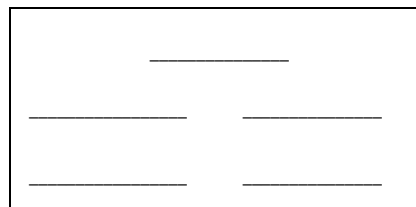
**Dia 16 de março**, o presidente da Câmara, Luis Miguel Duarte, a convite do presidente do Rotary Club de Évora, Miguel Breyner, esteve presente no jantar comemorativo do 45.º aniversário, realizado no Évora Hotel, onde foram distinguidas a Fundação Eugénio de Almeida, como instituição do ano Rotário 2023/2024 pela sua ação solidária e cultural, não só na comunidade mas com ecos em todo o país; a Somefe, distinguida pelos seus 75 anos de existência como empresa familiar responsável e com forte vocação social na cidade de Évora. O presidente da Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo, José Manuel Santos, foi distinguido como Profissional do Ano, pelo excelente trabalho que tem desenvolvido em prol do desenvolvimento turístico do Alentejo. -----

Parte da receita do jantar reverteu para a casa Sagrado Coração de Jesus - Quinta do Pio. -----

**Nesse dia**, o presidente da Câmara, Luis Miguel Duarte, esteve presente no Baile de finalistas dos alunos da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, realizado no Salão dos Bombeiros Voluntários de Viana do Alentejo. -----

**Mais tarde**, a vice-presidente da Câmara, Paula Neves, e o chefe de gabinete do presidente da Câmara, Eduardo Luciano, estiveram presentes no espetáculo "O Lado de Dentro" de Joana Ricardo e Mariana Correia, realizado no edifício do Paço dos Henriques, em Alcáçovas.-----

**Dia 19 de março**, a vice-presidente da Câmara, Paula Neves, esteve presente na reunião ordinária do Conselho Intermunicipal da CIMAC, realizada nas suas instalações. -----



**No mesmo dia**, o chefe de gabinete do presidente da Câmara, Eduardo Luciano, esteve presente, via online, na reunião geral da RNPCI – Rede Nacional do Património Imaterial. Em cima da mesa esteve o novo enquadramento do Património Cultural Instituto Público, o ponto de situação da rede, os Grupos de Trabalho Temáticos - apresentação e reflexão do Documento Regulador da Rede Nacional do Património Imaterial, apresentação de proposta, discussão e aprovação, entre outros assuntos por iniciativa dos parceiros. -----

**Dia 21 de março, por** ocasião da 41ª Volta ao Alentejo Crédito Agrícola, repartida por 5 etapas, num total de 852 kms, o presidente da Câmara, Luis Miguel Duarte, esteve presente na 2.ª meta volante, em Viana do Alentejo. -----

Organizada pela CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central e pela Podium Events, a “Alentejana” como é conhecida, terminou em Évora, na Praça do Giraldo, no dia 24 de março, após 5 dias de prova. -----

Na prova participaram 9 equipas portuguesas e 6 estrangeiras provenientes de Espanha, Polónia, Roménia, França, Suíça e EUA. A primeira edição da prova realizou-se em 1983 tendo como vencedor o português Paulo Ferreira.-----

**De tarde**, o presidente da Câmara, Luis Miguel Duarte, procedeu ao habitual atendimento aos munícipes, no edifício dos Paços do Concelho. -----

**Mais tarde**, em representação do presidente da Câmara, o chefe de gabinete, Eduardo Luciano, esteve presente na sessão evocativa do centenário do nascimento de Urbano Tavares Rodrigues, realizada no Paço dos Henriques, em Alcáçovas, onde também marcou presença o senhor vereador António Costa da Silva. -----

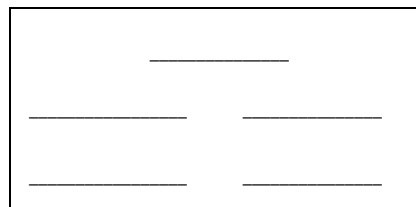
Urbano Tavares Rodrigues foi um notável jornalista, escritor e académico. Grande figura, cuja vasta obra literária abrange a literatura de viagens, o romance, a poesia, o ensaio, a crónica, o conto e o teatro, norteados pela liberdade, justiça social, paz, solidariedade e fraternidade. Foi professor catedrático na Faculdade de Letras de Lisboa, onde terminou a carreira académica em 1993.-----

Nascido a 6 de dezembro de 1923, em Lisboa, passou a infância e a adolescência no Alentejo. E é neste âmbito que surge o livro A Luz da Cal, publicado pela primeira vez, em 1966, em parceria com António Homem Cardoso, fotógrafo renomado, que experimentou, no campo da fotografia, tudo o que há para explorar desde reportagens, obras temáticas, passando pela publicidade e pelos retratos, tendo publicado ainda mais de cem livros de fotografia.

**Ponto cinco) Proposta para atribuição de subsídios no âmbito Ação Social Escolar (Ensino Pré-escolar)** –Nos termos da proposta da Divisão de Educação, Saúde e Intervenção Social, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir a uma aluna do 1.º ciclo do ensino básico de Viana do Alentejo o subsídio de almoço (Escala B), no âmbito da Ação Social Escolar. -----

**Ponto seis) Proposta para atribuição de subsídios no âmbito Ação Social Escolar (Ensino Pré-escolar)**- Nos termos da proposta da Divisão de Educação, Saúde e Intervenção Social, a Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho da Senhora Vice-Presidente, que aprovou a atribuição de um subsídio de almoço (Escala A) a uma aluna do Ensino Pré-Escolar de Viana do Alentejo. -----

**Ponto sete) Proposta para atribuição de subsídios, no âmbito da Ação Social Escolar (1.º Ciclo do Ensino Básico)** - Nos termos da proposta da Divisão de Educação, Saúde e Intervenção Social, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir a dois alunos do 1.º ciclo do ensino básico de Viana do Alentejo um subsídio para almoço e visitas de estudo (Escala B), no âmbito da Ação Social Escolar. -----



**Ponto oito) Proposta de emissão de Licença especial de ruído para evento a realizar no dia 29 de março de 2024**

- Neste ponto da Ordem de Trabalhos, usou da palavra o Senhor Presidente, que informou que o Sargento da G.N.R. o havia alertado para a questão do horário das licenças, indicando que este deveria manter-se nas 4 horas. Informou ainda que, no caso do baile de finalistas, houve um precedente com um limite de horário às 4h30, mas que seria preferível evitar esse horário, dado o risco de atrair mais problemas. -----

Após os esclarecimentos do Senhor Presidente, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a emissão de licença especial de ruído, para a realização de um evento musical, que terá lugar no Spectu's Bar sito na rua Médico Sousa nº 1, em Viana do Alentejo, das 23:00h do dia 29 de março de 2024 às 4:00h do dia 30 de março de 2024. -----

Ponto nove) Proposta de emissão de Licença especial de ruído e isenção do pagamento de taxas ao Grupo Associativo Jovens de Aguiar - GAJA - Realização de um evento musical no dia 29 de março de 2024 – A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a emissão de Licença especial de ruído e isenção do pagamento de taxas ao Grupo Associativo de Aguiar, para a realização de uma festa de aniversário, na rua José Geraldo Caravela, em Aguiar, com início às 21:00h do dia 29 de março de 2024 e término às 2:00h do dia 31 de março de 2024. -----

Ponto dez) Proposta de ratificação do despacho do Sr. Presidente de 15 de março de 2024, que autorizou a emissão de Licença especial de ruído para a realização de obras, na Rua Dr. António José de Almeida, nº 10, no dia 16 de março de 2024 – Por unanimidade, a Câmara deliberou ratificar a o despacho do Senhor Presidente de 15 de março de 2024, que autorizou a emissão de Licença especial de ruído para a realização de obras, na Rua Dr. António José de Almeida, nº 10, que decorreram no dia 16 de março de 2024, entre as 8:00h e as 15:00h. -----

Ponto onze) Proposta de ratificação do despacho do Sr. Presidente, de 21 de março de 2024, que autorizou a emissão de Licença especial de ruído para a realização de obras na Rua Dr. António José de Almeida, Nº 10, no dia 23 de março de 2024 – Por unanimidade, a Câmara deliberou ratificar o despacho do Senhor Presidente de 21 de março de 2024 que autorizou a emissão de Licença especial de ruído, para a realização de obras na Rua Dr. António José de Almeida, nº 10, que decorreram no dia 23 de março de 2024, entre as 8:00h e as 15:30h. -----

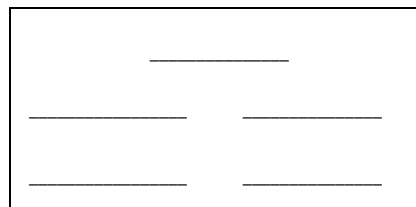
Ponto doze) Proposta de ratificação do despacho do Sr. Presidente de 20 de março de 2024 que concedeu Licença a Rui Ricardo Silva Ferreira itinerante para instalação e funcionamento do "Urien's Circus – A Câmara deliberou ratificar, por unanimidade, o despacho do Sr. Presidente de 20 de março de 2024 que concedeu Licença a Rui Ricardo Silva Ferreira para instalação e funcionamento do "Urien's Circus", entre os dias 22 a 24 de março de 2024. -----

**Ponto treze) Proposta de emissão de Licença para a realização de uma garraiada, no dia 29 de março de 2024, em Aguiar** – A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a emissão de Licença ao Grupo Associativo de Jovens de Aguiar para a realização de uma de uma garraiada, no dia 29 de março de 2024, às 16:00h, em Aguiar. -----

**Ponto catorze) Proposta de ratificação da 6ª. alteração permutativa ao orçamento da despesa e 4ª. alteração permutativa ao PAM** – A Câmara deliberou ratificar, por maioria, com dois votos favoráveis e três abstenções das Senhoras Vereadoras Maria Gertrudes Garcia e Rita Bon de Sousa e do Senhor Vereador António Costa da Silva, a 6ª. alteração permutativa ao orçamento da despesa e 4ª. alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais. -----

**Ponto quinze) Proposta de aprovação da 7ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa e da 5ª. Alteração Permutativa ao PAM** - A Câmara deliberou aprovar, por maioria, com dois votos favoráveis e três abstenções das Senhoras Vereadoras Maria Gertrudes Garcia e Rita Bon





de Sousa e do Senhor Vereador António Costa da Silva, a 7ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa e da 5ª. Alteração Permutativa ao Plano de Atividades Municipais.-----  
Ponto dezasseis) Proposta de transferência de verba ao abrigo do Regulamento de Apoio às Atividades Culturais - Grupo Coral de Aguiar – A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a transferência de verba para o Grupo Coral de Aguiar, no montante de 402€ (quatrocentos e dois euros), referente ao 4º trimestre de 2023. -----

Ponto dezassete) Proposta de transferência de verba ao abrigo do Regulamento de Apoio às Atividades Culturais - Grupo Coral Feminino de Viana do Alentejo – A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a transferência de verba para o Grupo Coral Feminino de Viana do Alentejo, no montante de 213,60€ (duzentos e treze euros e sesenta céntimos), referente ao 4º trimestre de 2023. -----

**Ponto dezoito) Proposta de transferência de verba para a Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo** – A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a transferência de verba para Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo, no montante de 10.000,00€ (dez mil euros), para participação nas despesas de recuperação da Igreja da Graça em Viana do Alentejo.--

**Ponto dezanove) Proposta de transferência de verba para Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Viana do Alentejo** – A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a transferência de verba para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Viana do Alentejo de Viana do Alentejo, no montante de 15.810,42€ (quinze mil oitocentos e 10 euros e quarenta e dois céntimos), para a reparação da viatura de combate aos incêndios florestais. ---

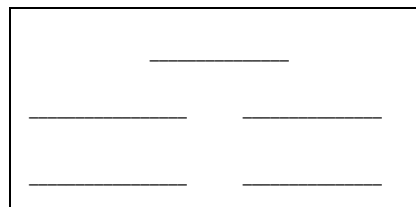
Ponto vinte) Proposta de ratificação do despacho da Senhora Vice-Presidente de 4 de março de 2024 que determinou parecer prévio favorável para a contratação de serviços na modalidade de avença - Apoio DIMSU - Neste ponto da Ordem de Trabalhos, interveio a Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia, questionando o motivo de o assunto estar a ser submetido para ratificação, uma vez que seria expectável que tivesse sido apresentado antes da contratação.-- O Senhor Presidente respondeu que este assunto já havia sido submetido à apreciação da Câmara, mas foi retirado da Ordem de Trabalhos por não se encontrar em condições de ser discutido. -----

Interveio de seguida o Senhor Vereador António Costa da Silva, confirmando que o referido assunto não chegou a ser discutido, tendo-se optado pela sua posterior ratificação, de forma a não comprometer prazos nem prejudicar a pessoa em causa. Acrescentou que foi solicitado à Senhora Vereadora que assinasse, assegurando que a ratificação seria garantida.-----

Após as intervenções e explicações acerca do ponto em causa, a Câmara deliberou ratificar, por unanimidade, o despacho da Senhora Vice-Presidente que que determinou o parecer prévio favorável para a contratação da prestação de serviços na modalidade de avença para o apoio na DIMSU, no serviço de águas. -----

Ponto vinte e um – Proposta de de transferência de verba para a Associação Nacional de Municípios Portugueses (Quota de 2024) – A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a transferência de verba para a ANMP, relativa à quota de 2024, no valor de 4.991,77 € (quatro mil, novecentos e noventa e um euros e setenta e sete céntimos).-----

Ponto vinte e dois) Proposta de Proposta de transferência de verba para a CIMAC (Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central), durante o ano 2024, no valor mensal de 13.096,78 € - A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a transferência de verba para a CIMAC (Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central), durante o ano 2024, no valor mensal de 13.096,78 € (treze mil e noventa e seis euros e setenta e oito céntimos). -----



Ponto vinte e três) Proposta de transferência de verba para a CIMAC, no âmbito da candidatura ALT 20-14-2019-47 (Proteção de Riscos de Incêndios) - O Senhor Presidente explicou que este pagamento estava registado nos documentos com a data de 14 de janeiro de 2021, a qual necessitava de ser regularizada. Esclareceu ainda que este procedimento estava a ser realizado pela CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, em articulação com todas as Câmaras Municipais.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a transferência de verba para a CIMAC no montante de 4.377,17 (quatro mil, trezentos e setenta e sete euros e dezassete cêntimos), para regularização do processo de pagamento do Biotriturador referente ao Aviso ALT20-14-2019-47, no âmbito da proteção de riscos de incêndios. -----

Ponto vinte e quatro) Proposta de Adjudicação do Concurso Público, com publicação no JOUE, para seleção de um veículo pesado de passageiros (autocarro), com lotação de 50 lugares – O Senhor Presidente referiu que estava a ser feito tudo para que o veículo chegasse o mais rapidamente possível. Os prazos estavam a ser cumpridos e, provavelmente, na próxima reunião de Câmara, seria aprovada a questão do financiamento. -----

A Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia interveio e afirmou que os documentos apresentavam o valor total, mas não indicavam o período durante o qual o pagamento seria efetuado. -----

O Senhor Presidente explicou que esse assunto seria posteriormente submetido à próxima reunião de Câmara e que, antes disso, teria de ser feita a adjudicação. -----

Submetida a votação, a proposta de Adjudicação do Concurso Público, com publicação no JOUE, para seleção de um veículo pesado de passageiros (autocarro), com lotação de 50 lugares, foi aprovada, por unanimidade. -----

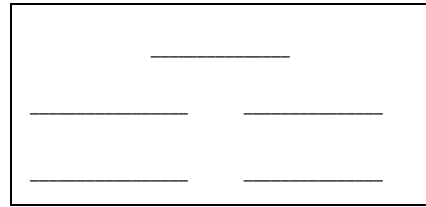
Ponto vinte e cinco) Proposta de aprovação do Procedimento Concursal, por Concurso Público, para a Empreitada de Construção do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Viana do Alentejo e documentação conexa - O Senhor Vereador António Costa da Silva interveio e afirmou que, tal como sucedera com a EBSIS, entendia ser necessária a aprovação de um programa preliminar das empreitadas, algo que não aconteceu no caso desta obra. Referiu que esse programa preliminar deveria ter sido aprovado antes da deliberação sobre a abertura do concurso, considerando, por isso, que foi dado um passo em falta no processo. -----

O Senhor Vereador sugeriu que esta situação fosse esclarecida pelo chefe da divisão ou por alguém responsável. -----

O Senhor Presidente concordou com a sugestão do Senhor Vereador e salientou que, sendo um processo já antigo, poderia ter sido discutido e aprovado em uma reunião do executivo anterior, quando ele era Vereador. No entanto, não se recordava dessa situação. -----

O Chefe da Divisão de Gestão de Recursos interveio para esclarecer a questão colocada pelo Senhor Vereador António Costa da Silva, informando que todo o procedimento tinha sido preparado pela DIMSU – Divisão de Infraestruturas Municipais e Serviços Urbanos. Explicou que o que chegou à Divisão de Gestão de Recursos foi apenas a formalização para aprovação, em reunião de Câmara, dos documentos que compõem o concurso. -----

Acrescentou que, em sua opinião, o programa preliminar estaria em anexo. No entanto, considerando que o Senhor Vereador afirmou que este não constava, seria necessário verificar toda a documentação. -----



O Senhor Presidente interveio e informou que dispunha de uma comunicação do Chefe de Divisão, na qual se esclarecia que, estando o projeto já concluído — neste caso, elaborado pelo MAI – Ministério da Administração Interna, já não seria necessário apresentar o programa preliminar, uma vez que os seus elementos estariam integrados no próprio projeto.

Após as intervenções e os esclarecimentos prestados, o Senhor Presidente submeteu o ponto à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

Ponto vinte e seis) Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos nº 13, referente à Empreitada de Reabilitação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, em Viana do Alentejo – A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, o Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos nº13, referente à empreitada de Reabilitação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, no montante de 18 733,42 € (dezoito setecentos e trinta e três mil euros e quarenta e dois cêntimos).-----

Ponto vinte e sete) Proposta de aprovação do Auto de Revisão de Preços nº 13, referente à empreitada de Reabilitação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, em Viana do Alentejo – A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, o Auto de Revisão de Preços nº 13, referente à empreitada de Reabilitação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, em Viana do Alentejo, no montante de 400 356,82€ (quatrocentos mil trezentos e cinquenta e seis euros e oitenta e dois cêntimos).-----

Ponto vinte e oito) Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos nº 2, referente à empreitada de construção da Área de Serviço para Autocaravanas, em Viana do Alentejo – A Câmara deliberou aprovar, por maioria, com três votos favoráveis e duas abstenções das Senhoras Vereadoras Maria Gertrudes Garcia e Rita Bom de Sousa, o Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos nº 2, referente à empreitada de construção da Área de Serviço para Autocaravanas, em Viana do Alentejo, no montante de 151.779,66€ (cento e cinquenta e um euros setecentos e setenta e nove euros e sessenta e seis cêntimos).-----

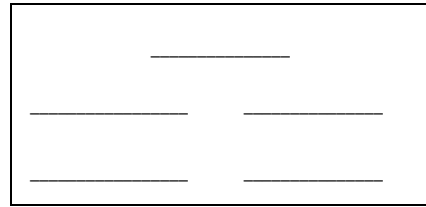
Ponto vinte e nove) Proposta de aprovação da prorrogação de prazo da Empreitada para a Construção da Área de Serviço para Autocaravanismo – ASA - Viana do Alentejo – A Câmara deliberou aprovar, por maioria, com três votos a favor e duas abstenções, por parte das Senhoras Vereadoras Maria Gertrudes Garcia e Rita Bom de Sousa, a proposta de prorrogação de Prazo da Empreitada, para 17 de maio de 2024, tendo a mesma tido parecer favorável da fiscalização. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva apresentou uma declaração de voto, justificando que o seu voto favorável se deve ao facto de a obra já se encontrar em execução. Acrescentou que, embora não concorde com a localização escolhida, reconhece tratar-se de um projeto importante para o Concelho de Viana do Alentejo.-----

Ponto trinta) Proposta de submissão de Candidatura de Reabilitação de 22 Fogos, em Aguiar, enquadrada na Estratégia Local de Habitação, cujo financiamento provem do PRR- Programa de Recuperação e Resiliência - Usou da palavra o Senhor Vereador António Costa da Silva, referindo que, embora conhecessem o processo, não tinham conhecimento da candidatura. Mencionou que o Aviso do concurso lhe parecia repetido, na sua opinião.-----

Salientou que, apesar de se conhecer a informação relativa aos 22 fogos, não se conhecia o resultado final do processo. Considerou que o Caderno de Encargos, os Projetos de Arquitetura e demais elementos constituíam uma base fundamental para a candidatura, razão pela qual considerava importante ter acesso a essa documentação, ou que a mesma lhe fosse enviada.--

O Senhor Presidente respondeu que para a candidatura bastava a adjudicação à empresa de Arquitetura, mas que ainda não havia nenhum projeto de Arquitetura feito.-----



O Senhor Vereador António Costa da Silva voltou a solicitar que lhes fossem enviados os elementos que foram enviados na candidatura e era sobre isso que se tomaria uma decisão. --  
O Senhor Presidente frisou que tinha a certeza que ainda não havia o projeto e a exigência era a contratação da empresa.-----

O Senhor Vereador referiu que a referida informação já se encontrava disponível. Acrescentou que, no formulário de candidatura, é obrigatória a indicação do número de fogos e respetivos destinatários, sendo, por isso, necessário dispor dessa informação.-----

Dado que era preciso tomar uma decisão com urgência, tornou-se indispensável proceder à análise de toda a documentação. -----

O Senhor Presidente comprometeu-se a fazer chegar os documentos solicitados ao Senhor Vereador e à Senhora Vereadora. -----

Submetida a votação, a proposta de submissão de Candidatura de Reabilitação de 22 Fogos, em Aguiar, enquadrada na Estratégia Local de Habitação, com financiamento ao abrigo do PRR - Programa de Recuperação e Resiliência, foi aprovada por unanimidade. -----

O senhor Presidente declarou encerrada a reunião às dezassete horas e quarenta e cinco minutos, tendo a minuta desta ata sido aprovada por unanimidade no final da mesma. -----

_____	
_____	_____
_____	_____

Eu,

, a subscrevi

O Presidente

Os Vereadores

CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO ALENTEJO

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 27/03/2024
